

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 17

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em primeira reunião da sessão ordinária de Dezembro sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Vicente Ferreira, António Ferreira da Silva, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior, Libério da Silva Santos, Artur José Lopes Lobo.

Pelas 16.30 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, José Carlos da Silva Neves, Gilberto Parca Madail, Fernando dos Santos Manata, António José Valente, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques.

De imediato, o Presidente deu nota do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, por um período não inferior a quinze dias. Mais comunicou que, de acordo com o preceituado no nº. 1 do Artigo 73º. do Decreto-Lei nº. 100/84, a vaga ocorrida deveria ser preenchida pelo cidadão Helder Oliveira dos Santos Filipe, por ser aquele que se lhe segue imediatamente a seguir na respectiva lista. Contudo também aquele cidadão, por afazeres profissionais, solicitou a respectiva suspensão do seu mandato, sendo a sua vaga preenchida pelo cidadão que se lhe segue, Carlos Júlio Lourenço Paciência, cuja presença se regista na presente reunião.

Flórez
Santos .2.
OH

Ainda no uso da palavra, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Gilberto Parca Madail, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Manuel Tavares Duarte, José Carlos da Silva Neves, José Fernando da Silva Caldeira. Beten court, António Norberto da Silva Correia, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Imediatamente a seguir, submeteu à aprovação as seguintes actas:

ACTA Nº. 12 - Aprovada por dezasseis votos a favor e cinco abstenções.

ACTA Nº. 13 - Aprovada por dezassete votos a favor e quatro abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: - Tomando a palavra o Vogal Carlos Jerónimo começou por abordar a problemática inerente ao funcionamento da Assembleia no decurso do seu primeiro ano de actividade do mandato em curso, referindo que não poderá ser considerado positivo porquanto, apesar de terem sido realizadas quinze reuniões, não deu resposta às solicitações que lhe foram feitas para apreciação dos relatórios e contas da Câmara Municipal, matérias que constam na ordem de trabalhos da sessão ordinária de Abril. Salientou, ainda, que se deixaram de realizar duas reuniões por falta de "quorum" bem como não se realizou a sessão ordinária correspondente ao mês de Setembro infringindo-se, portanto, o Regimento desta Assembleia e o preceito legal donde dimana tal obrigatoriedade.

Pelo facto constatado, perguntou se é legal que a Assembleia não cumpra o que está estatuído quer no seu Regimento quer na própria Lei. Como opinião pessoal, considera que o que acabou de referir demonstra, de algum modo, uma certa falta de interesse e falta de atenção para com este órgão, que como bem se sabe é o órgão deliberativo da Autarquia, não podendo, portanto, deixar de exarar o seu protesto, tanto mais que dispondo, quer esta Assembleia quer a Câmara Municipal de uma maioria clara. não pode, apesar disso, demitir-se das suas funções, da sua intervenção na vida autárquica transformando-se, de algum modo, numa câmara de eco do Executivo, pelo que formulou votos para que durante o ano de 1987, que agora vai começar, a Assembleia Municipal funcione melhor e que lhe seja dada a atenção que merece, manifestando a sua intenção de denunciar

F. Lima *Subs.*
OM

situações semelhantes sempre que as mesmas se registem.

Prosseguindo a sua intervenção, aquele Vogal manifestou o desejo de expressar uma palavra de saudação ao novo Reitor da Universidade de Aveiro expressando também votos para que a sua permanência à frente daquele estabelecimento de ensino consiga manter o nível que já alcançou e, naturalmente, se possível desenvolvê-lo quer em colaboração com as populações quer, e muito especialmente, com a própria Autarquia.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal chamou a atenção do Executivo para o mau estado de conservação da Rua Manuel Firmino provocado, é certo, pelas obras de remodelação da rede de águas. Contudo entende que o período que medeia entre as obras de remodelação e as obras de reposição de pavimentos é demasiado longo, pelo que sugeriu que aquela ^{fosse}artéria/rapidada e devidamente reparada até porque é uma via de imenso tráfego. Alertou também para o mau estado de conservação da estrada velha da Gafanha bem como das muralhas da ria, situação insustentável pelos perigos latentes, pelo que sugeriu que, dado não ser área de jurisdição do Município, deve o Executivo tomar posição junto das entidades competentes no sentido da sua urgente reparação.

Reportando-se à existência da lancha de Turismo e aos encargos inseridos no Orçamento, perguntou que género de encargos continuam a ser assumidos, porquanto se sabe que a mesma se encontra ao Serviço da Região de Turismo "Rota da Luz" perguntando, ainda, de que forma se articulam os referidos encargos com aquela entidade.

Por fim, e reportando-se às eclusas, aquele Vogal entende que, face ao que se tem dito e especulado sobre a sua execução e funcionamento, mais do que nunca se torna imperioso emitir um comunicado, a que já por diversas vezes se tem feito referência e que nunca foi publicado.

Relativamente às considerações tecidas sobre o funcionamento da Assembleia Municipal no seu primeiro ano do presente mandato, o Presidente começou por corroborar que efectivamente são cinco as sessões ordinárias obrigatórias que as Assembleias têm de efectuar. Contudo, salientou que, na prática, as sessões da Assembleia são convocadas para as datas previstas na legislação mas as respectivas ordens de trabalho arrastam-se por vários meses, facto que, fatalmente, contribui para que se ultrapasse o período da sessão ordinária que imediatamente se segue. No entanto, não deixou de salientar que esta Assem-

Thing
Luís

bleia, no ano em curso, já realizou dezassete reuniões, tendo havido anos de trinta reuniões efectuadas.

Considerando ser uma questão de metodologia, declarou que, futuramente, não elaborará convocatórias com uma ordem de trabalhos muito extensa para que se possa cumprir efectivamente o calendário legal do número de sessões ordinárias anuais.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal António Ferreira da Silva para solicitar esclarecimentos relativamente a duas anuncia das intenções da Câmara, nomeadamente quanto à possível instalação de uma antena parabólica de televisão e quanto à publicitada introdução do uso do teste antialcoólico aos funcionários da Câmara.

No que respeita às alterações dos horários dos transportes colectivos dos Serviços Municipalizados, aquele Vogal considera ter que ser feito um reparo porquanto entende que as referidas alterações deveriam ser precedidas de um período razoável de informação e não ser aplicadas quase de repente como aconteceu recentemente, facto que provocou algumas dificuldades nomeadamente no início do novo ano lectivo.

Também no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por se reportar a diversas questões que, embora não sendo da competência da Câmara Municipal deverão merecer desta a atenção indispensável. Assim, começou por dar nota de que urge tomar medidas junto da E.D.P. - EP no sentido de se proceder à iluminação dos acessos ao CIFOP visto que ela é inexistente e os perigos para os seus utentes são iminentes.

Outra questão abordada, refere-se ao péssimo estado de conservação do pavimento da estrada nacional de ligação entre Aveiro e Águeda, principalmente no troço entre a Ponte da Rata e Travassô, facto que, aliado às bermas baixas e à queda das guardas da Ponte da Rata, poderão colocar aquela estrada intransitável, pelo que se torna urgente alertar as entidades competentes, alerta que poderá e deverá ser feito pelo Câmara Municipal. De igual modo alertou para a necessidade de iguais medidas deverem ser tomadas quanto à estrada que liga as freguesias de Eixo e Oliveirinha dadas as precárias condições de trânsito que são oferecidas aos seus utentes.

No âmbito das competências directas da Câmara Municipal, aquela Vogal abordou a problemática do estacionamento na baixa da cidade que,

F. Heine
[Signature]
[Signature]

se hoje é praticamente inexistente, pior será num futuro muito próximo, nomeadamente quando os serviços no edifício da Segurança Social entrarem em completo funcionamento. Tal problemática deverá ser muito seriamente encarada pela Câmara Municipal, pois bem se sabe que o precário parque de estacionamento do Cojo não satisfaz, nem nunca satisfaz as necessidades de estacionamento da cidade. Ainda no contexto da questão do estacionamento entende que a Câmara deveria tomar medidas no sentido de proporcionar condições de estacionamento aos membros desta Assembleia, nomeadamente nos dias em que se realizam reuniões.

Relativamente à construção da passagem superior da Avenida 25 de Abril aquela Vogal, reafirmando-se intransigentemente contra aquela construção e contra todas as que provoquem o aumento do tráfego automóvel nas vias de acesso aos estabelecimentos de ensino, solicitou esclarecimentos acerca dos motivos que originaram a sua paragem porquanto se sabe que é irreversível a sua conclusão. Mais referiu que deverá a Câmara tomar as devidas providências no sentido de se minimizarem os perigos que fatalmente advirão da sua construção.

De imediato tomou a palavra o Vogal Jorge Nascimento para evocar a recente eleição do novo Reitor da Universidade de Aveiro a exemplo do que aconteceu aquando do cessar de funções do anterior Reitor da Universidade. Tal facto constitui oportunidade para exprimir o desejo e formular votos para que a sua acção se desenvolva no sentido de que, pelo menos, mantenha o prestígio da Universidade e que desenvolva, por todos os meios, a colaboração que é possível no aspecto científico, cultural e social com as autoridades locais de modo a que a acção da Universidade continue a ser válida para o País e para o Concelho de Aveiro.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal deu nota da tranquilidade que certamente foi transmitida aos aveirenses e a todo o distrito pelo Senhor Primeiro Ministro aquando da sua visita a esta Cidade, nomeadamente quando foi afirmado que ao Hospital de Aveiro não seriam retiradas quaisquer valências, pois não seriam retiradas quaisquer especialidades ali exercidas, vindo portanto ao encontro dos legítimos desejos da população de Aveiro.

Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Câmara para se reportar às questões abordadas pelos Vogais que usaram da palavra, começando por afirmar que a generalidade das obras em curso nas artérias da cidade são provocadas pela renovação da rede telefónica e da rede de distribuição de água, e que as respectivas reposições de pavimentos, para que tenham a qualidade indispensável, terão que ser feitas fora do período do Inverno e com novas

Heim
[Signature]

técnicas de asfaltamento previamente programadas. As preocupações manifestadas pelo mau estado de conservação das estradas de acesso à lota e da antiga estrada de acesso às praias e correspondentes muralhas dos canais têm sido igualmente preocupação da Câmara Municipal pois por diversas vezes tem feito chegar junto da J.A.P.A. diversas reclamações e sugestões para que sejam aquelas situações revistas.

Como sugestão, o Vogal Carlos Jerónimo entende que, uma vez que a Câmara Municipal já o tem feito, deveria esta Assembleia através da sua Mesa fazer chegar junto dos responsáveis da J.A.P.A., as preocupações anteriormente evidenciadas.

Relativamente à lancha do Turismo, o Presidente da Câmara informou que, sendo embora propriedade da Câmara Municipal, encontra-se cedida à Região de Turismo "Rota da Luz" cuja utilização obedece a um protocolo que possibilita, como não podia deixar de ser, a sua utilização pela Câmara para as mais variadas situações. No aspecto prático, a Câmara suporta os encargos de rivantes da sua manutenção e os encargos com o pessoal, recebendo, em contrapartida, setenta e cinco por cento da exploração da sua actividade. Mais salientou que se aquela receita cobre minimamente os encargos havidos, ainda não é suficiente para fazer a amortização global do investimento prevendo-se, contudo, que com o incremento dos circuitos turísticos se venham a realizar receitas capazes de amortizar o investimento se bem que não tenha havido tais intenções aquando do lançamento da ideia da sua construção.

Informou, ainda, que a ideia de instalação de uma antena parabólica neste concelho está praticamente posta de lado porquanto e por enquanto existem dificuldades de ordem legal.

Reportando-se de seguida à questão abordada sobre o teste antialcoólico nos Serviços da Câmara, começou por referir que a sua implementação teve origem nas empresas públicas e privadas de transportes como forma de se evitarem os excessos e exageros no consumo do álcool, tendo aquelas medidas sido inicialmente introduzidas apenas nos transportes dos Serviços Municipalizados, facto que gerou algum descontentamento no seio dos motoristas por considerarem discriminatória a medida.

Imediatamente a seguir à introdução generalizada nos Serviços Municipalizados reagiram os funcionários daquele sector no sentido de que, sendo trabalhadores da mesma autarquia, também os trabalhadores da Câmara deveriam estar sujeitos a medidas semelhantes, e assim se processou a sua introdução

Thury
7.1.1987

que, tal como aconteceu nos Serviços Municipalizados, se pretende venha a ser considerada como forma pedagógica e preventiva e nunca repressiva.

Concluindo salientou que, após alguma agitação e mal-estar dos trabalhadores, foram tais medidas já aceites tendo-se conhecimento de que em diversas autarquias foram as mesmas medidas adoptadas como cópia do que em Aveiro, quer na Câmara quer nos Serviços Municipalizados, se fez.

De seguida, corroborou as preocupações manifestadas quanto à necessidade de se iluminarem os acessos ao CIFOP bem como quanto à necessidade imperiosa de serem desenvolvidos estudos aprofundados para se encontrarem soluções para eliminar as carências de estacionamento no centro citadino, apontando como alternativas possíveis a construção de silos automóveis nos espaços ainda livres, que considera serem já reduzidos. Deu ainda nota que o Gabinete de Planeamento da Câmara foi já colocado perante o facto de que deverá desenvolver estudos tendentes a encontrar as melhores soluções. Como nota informativa adiantou que se encontra em fase de projecto a adaptação de uma das caves do edifício da Segurança Social em silo automóvel público, solução que a concretizar-se viria certamente descongestionar o estacionamento e o trânsito nas artérias de acesso àquele edifício.

Neste momento abandonou a sala o Vogal Libério da Silva antes.

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Iniciando a sua comunicação o Presidente da Câmara começou por destacar que, como já o havia afirmado, o ano de 1986 decorreu sob o propósito do reequilíbrio financeiro da Câmara Municipal, meta que foi atingida, o que permitirá encarar o próximo ano de 1987 com uma certa tranquilidade.

Reportando-se à visita do Senhor Primeiro Ministro a Aveiro, manifestou o regozijo da Câmara não só pela sua presença como de todos os membros do Governo, dando nota de que foi aproveitada a sua visita para transmitir algumas das preocupações e problemas que se encontram pendentes na Administração Central, esperando que venha a ter efeitos práticos a entrega directa dos "dossiers" referentes à vida do Concelho.

Da visita do Senhor Primeiro Ministro ao distrito de Aveiro e das comunicações produzidas, poder-se-ão obter resultados deveras positivos desde que se vejam concretizadas, por exemplo a ligação definitiva do troço

Thomaz
Carvalho

Albergaria - Porto de Aveiro da via rápida Aveiro - Vilar Formoso, facto demasiado importante para a Região e Concelho de Aveiro, que por si só irá mexer muito com as estruturas do Concelho o que equivalerá a esforços redobrados da Câmara e seus serviços no sentido da adaptação ao novo eixo viário à malha viária existente e a todo o urbanismo. Como nota referiu que se está a desencadear um grande esforço no sentido de, no próximo ano, se lançar a Variante às E.N.s 235 e 335, dado que se entende ser este o objectivo imediato porque importa definir todo o esquema viário regional de ligação a Aveiro, pois que o actual está perfeitamente ultrapassado. No referido esquema encontra-se inserida a Variante à E.N. 109, em cujo projecto estão também empenhadas as Câmaras Municipais de Ilhavo e Vagos. Como consequência dos contínuos contactos no que respeita à municipalização da Variante (E.N. 109), declarou que bem se poderá dizer que se obteve uma vitória porquanto se encontra em execução o projecto de recuperação com os encargos a serem suportados pelo Estado, vingando portanto a tese da Câmara de só aceitar a municipalização daquela via após a recuperação do seu piso, pretendendo-se lançar simultaneamente as infraestruturas para a sua iluminação futura.

Deu, também, nota de que, a convite do Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos da América, esteve recentemente em visita àquele País. Salientou, portanto, que, sendo a primeira iniciativa tomada pelo Governo Americano, o convite foi extremamente honroso na medida em que foi uma forma de distinção da Câmara de Aveiro. No que respeita concretamente aos objectivos, salientou que a visita terá de ser considerada, de certa forma, útil na medida em que se tornou possível observar directamente o funcionamento das Câmaras americanas, de Organismos de planeamento do Estado, destacando, entre as várias experiências vividas, aquela que se relaciona com a participação dos voluntários na vida comunitária, ideia extremamente interessante que poderá e deverá ser posta em prática em Portugal, nomeadamente em Aveiro, por forma a que se consigam obter bons frutos para a vida e desenvolvimento do Concelho de Aveiro.

Como referência às eclusas, declarou que havia a intenção de se publicar um comunicado aquando da conclusão das obras de reparação, contudo, tal ainda não foi efectuado. Porém, salientou que se a Assembleia assim o entender, far-se-á o referido comunicado, embora muito sucinto e extremamente técnico.

Abordando de imediato a problemática inerente à recupera-

Ther...
S...

ção da Fábrica Campos, planeada para fins do ano em curso, deu nota que, de facto não se verificou, não por falta de vontade mas sim por se ter verificado um certo atraso na elaboração do projecto de recuperação, que segundo parece está neste momento em fase de conclusão. Tal facto permite acreditar que a mesma venha a ser lançada a concurso até Março, salvaguardada que está a posição da Câmara Municipal através da escritura celebrada em devido tempo.

Prosseguindo na sua comunicação, o Presidente da Câmara informou que se está a ultimar o projecto do edifício que servirá de instalações à Cooperativa de Artesãos "A Barrica", cuja construção será participada pelo Centro de Emprego e Formação Profissional com a verba de quinze mil contos, situando-se o prédio junto da Praça Melô Freitas e estando salvaguardada a sua arquitectura porque também se pretende fundamentalmente valorizar toda a zona envolvente. Informou também que continuam a existir dificuldades a nível da Secretaria de Estado da Habitação no que se refere aos terrenos de Santiago, realçando, neste pormenor, as dificuldades que se tem colocado à Cooperativa Chave no registo de parte dos terrenos para que possa aquela Cooperativa proceder ao concurso de adjudicação do seu empreendimento habitacional para o que já abriu o respectivo concurso. Idêntico problema existe a nível dos terrenos a transferir para a Câmara Municipal, numa altura em que, vai ser lançado concurso para a recuperação da zona verde sita entre os blocos já construídos.

No âmbito do ensino primário destacou toda a acção desenvolvida pela Câmara Municipal no sentido da recuperação dos edifícios escolares bem como do lançamento das novas escolas de Eixo.

Relativamente ao planeamento urbanístico deu nota de que se encontra já na posse da Câmara a maquete do Plano de Pormenor do Cojo que será brevemente submetido à apreciação desta Assembleia, prosseguindo a execução do Plano de Pormenor da Forca Vouga.

Na área das comunicações e transportes salientou que as obras da passagem superior da Avenida 25 de Abril não estão totalmente paradas, simplesmente têm surgido dificuldades de apreciação do projecto na C.P. que tem levantado enormes dificuldades na aprovação final do projecto, sobretudo no que diz respeito ao tabuleiro e às fundações de terra armada que por ser uma tecnologia nova levantou algumas dúvidas.

Reportando-se de seguida à área de intervenção dos Servi-

Handwritten signature and stamp

ços Municipalizados, destacou a acção desenvolvida no sector do abastecimento de água ao Concelho a partir do furo de Cacia a fim de se prevenir contra a eventual falta de água na época estival, faltando concluir as obras de construção dos depósitos elevados e a montagem do equipamento electromecânico para que se possa efectivamente partir para o abastecimento de toda a zona de Cacia pensando-se simultaneamente proceder à montagem do saneamento. Com a efectiva laboração do sistema de abastecimento de água do Silval foi possível dar solução aos graves problemas de água existentes na urbanização de Azurva.

Seguidamente, realçou o acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a Universidade de Aveiro, com o intuito de se incrementar a sua participação na vida comunitária aveirense, cuja acção será desenvolvida a nível de diversas áreas, nomeadamente na área da economia e muito particularmente na área do meio ambiente, área deveras específica na qual a Câmara sente sérias dificuldades não só pela sua especificidade como também pelo facto de não ter nos seus serviços Técnicos especializados. Como consequência do referido protocolo, encontra-se a Universidade, através da sua Faculdade de Engenharia do Ambiente, a fazer os estudos para a execução de três estações de tratamento de esgotos porque a actual estação está completamente saturada porque está a receber os esgotos de cerca de trinta mil habitantes quando a sua capacidade estava estipulada para dez mil habitantes. Mais referiu que pelas novas técnicas, a solução do tratamento de esgotos já não passa pelas estações mas sim por lagoas que funcionam por fenómenos químicos, estando em fase de estudo a sua implementação neste Concelho, nomeadamente em Cacia, Esgueira e em duas salinas.

Concluindo a sua comunicação, o Presidente da Câmara fez referência ao protocolo celebrado com a Companhia de Dança de Aveiro, acção que reputou, de importante, tão importante não só pelos resultados já obtidos mas também porque proporcionou o desenvolvimento de idêntica acção no sentido de se constituir uma orquestra de Câmara em Aveiro.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Fernando Augusto de Oliveira para sugerir que, antes de se consumir a recuperação da Variante (E.N. 109), deveriam ser tomadas diligências no sentido de se proceder ao abastecimento de água a Cacia por forma a que, após a recuperação do piso, não venham aquelas obras provocar o levantamento do novo tapete asfáltico.

Também no uso da palavra, o Vogal José Fernando Betencourt começou por manifestar a congratulação da sua bancada pelo facto de ter conseguido a Câmara estabelecer o equilíbrio financeiro, tarefa a que se tinha proposto

Thiny
11.
[Handwritten signature]

no decurso do ano presente.

Relativamente ao projecto MERECE, pretendem obter esclarecimentos sobre quais são as entidades que apoiam e as que podem ser apoiadas.

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, no uso da palavra, alertou a Câmara para a necessidade de se proceder a obras de recuperação das casas onde se encontram alojados os estudantes naturais da Guiné porquanto não existem quaisquer condições de habitabilidade nem de segurança. Por desconhecer se tem responsabilidades na matéria o seu alerta é feito à Câmara para que esta proceda às diligências tendentes à indispensável recuperação.

Reportando-se às considerações tecidas pelo Presidente da Câmara sobre o protocolo celebrado com a Universidade de Aveiro, aquela Vogal deu nota de que houve já trabalhos feitos por Técnicos da Universidade de Aveiro nomeadamente sobre a ria e o seu estado de poluição.

No seguimento das questões colocadas, o Presidente da Câmara corroborou as preocupações manifestadas quanto às más condições de habitabilidade das casas onde se encontram a residir os estudantes guineenses. Contudo, referiu que tais edifícios são propriedade privada encontrando-se alugados à Embaixada da Guiné-Bissau que entretanto deixou de pagar a correspondente renda, facto que influenciou o proprietário a mover uma acção de despejo. Contudo as casas continuam a ser ocupadas pelos cidadãos da Guiné-Bissau que por não terem nacionalidade portuguesa estão impedidos de se habilitarem aos concursos para habitação Social do Fundo Fomento de Habitação.

No que respeita à falta de segurança dos edifícios poderá a Câmara exercer a sua função para além dos contactos que já têm sido feitos no sentido de se encontrarem as soluções ideais.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça e José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo.

PONTO Nº. 2 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO GERAL DO CENTRO HOSPITALAR AVEIRO - SUL.

Procedendo à informação do objectivo da presente eleição, o Presidente informou que a mesma tem por finalidade a indicação de um representante desta Assembleia para o Conselho Geral do Centro Hospitalar Aveiro-Sul, cuja solicitação, feita pelo Conselho de Gerência daquele Centro, se baseia no Decreto-Regulamentar nº. 30/77, de 20 de Maio.

Fluency .12.
[Signature]

Após breve suspensão dos trabalhos, procedeu-se à eleição através de escrutínio secreto e directo, tendo sido eleito o Presidente desta Assembleia, Francisco Fernando da Encarnação Dias, que obteve dezanove votos contra dois brancos e um obtido pela Vogal Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, num total de vinte e dois votos entrados na urna.

PONTO Nº. 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1987 - Generalidade.

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por fazer a apresentação do Plano de Actividades da Câmara, destacando a introdução de uma nota prévia e genérica onde são salientados alguns dos seus aspectos fundamentais e o seu enquadramento orçamental, tal como deu nota da satisfação da Câmara Municipal por praticamente ter atingido o objectivo que se propôs alcançar durante o ano de 1986 e que consistia no reequilíbrio financeiro afectado principalmente pelas aquisições de terrenos e pela incidência dos custos financeiros de diversos empreendimentos.

Como grande opção do Plano, a nível de investimento, destacou fundamentalmente a criação de infraestruturas básicas, nomeadamente nas novas urbanizações e no que falta fazer no Concelho de Aveiro, desde a distribuição domiciliária de água e do saneamento, para o que se afectou a verba de 240 mil contos dos quais se prevê que 120 mil sejam de contribuição do FEDER. Outra grande opção tem haver com a atenção dedicada aos investimentos altamente reprodutivos que tivessem um efeito repercursor na actividade económica concelhia no sentido de se poder fazer uma relançamento da economia concelhia, nomeadamente no âmbito da expansão urbanística.

Destacou, ainda, o esforço significativo que se pretende fazer no que respeita ao equipamento, quer escolar (recuperação, equipamento e manutenção das escolas primárias), quer social (dotação de algumas comunidades com instalações sociais), quer desportivo por ser um dos sectores em que o concelho de Aveiro está deveras carecido, se bem que já existam espalhados pelas freguesias alguns espaços desportivos. Contudo, na área urbana, toda a população, nomeadamente a escolar (escolas preparatórias e secundárias e muito particularmente a Universidade) necessita de equipamento desportivo, onde naturalmente se insere o tão arrastado complexo das piscinas, esperando-se que finalmente, venha a ser incluído pela Direcção-Geral no PIDAC para o ano de 1987.

Trin
[Signature]
[Signature]

No programa de acção da Câmara Municipal para o ano de 1987, concretamente no âmbito da habitação lacuna grave da sociedade aveirense, salientou que se pretende dar uma nova formulação e outra dinâmica, porque existe de facto uma grande fracção de insolventes sociais neste concelho das classes que nem sequer podem comprar habitação social, de deverá sofrer profundas alterações na sua concepção na medida em que se tem registado demasiados problemas de inadaptação àquele tipo de vivência urbana, daí a referência no Plano à nova filosofia que consiste na criação de habitação social nas localidades onde a sua carência se sinta mais. Em complemento à nova filosofia destacou a continuação de execução dos programas de apoio à Cooperativa Chave, ao contrato de desenvolvimento com a Simofer, à promoção directa de habitação no Caião, e ainda no âmbito da aquisição de terrenos para urbanizar e, posteriormente, colocar à venda para auto-construção a preços moderados a exemplo do que já se fez em Cacia, Oliveirinha e Grinê com êxitos assinaláveis e comprovados pelo aparecimento de centenas de novas habitações.

Salientou também a acção que se pretende desenvolver no que respeita ao meio-ambiente, área onde muito há a fazer.

Fazendo uma referência global ao Plano, deu nota de que se lhe pretende dar uma imagem de rigor e não um enunciado de carências e intenções, como era o do ano transacto pois foi feito com a ideia de ser executável e executado, com o apoio do maior orçamento de sempre. Salientou, contudo, que só será possível atingir aqueles objectivos com o recurso às receitas extraordinárias que a Câmara Municipal, numa demonstração clara de bem gerir, tem conseguido obter, tanto mais que, frizou, se a Câmara se limitasse às receitas ordinárias não poderia fazer mais do que mera gestão. Concluindo, salientou que no presente Orçamento está inserida uma receita extraordinária de grande significado e que se espera venha a ser uma realidade pois a sua origem é das receitas FEDER de que a Câmara de Aveiro nunca recebeu qualquer participação.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal José Fernando Bentencourt começou por manifestar o regozijo da sua bancada pelo facto do Presidente da Câmara ter feito uma auto-crítica ao Plano de Actividades anterior, porque de um Plano não se tratava mas sim de um simples formulário, contrastando com o presente porquanto este já se apresenta mais completo, embora ainda não seja propriamente um Plano porque deveria sediar na sua parte introdutiva aquilo que efectivamente era primeira prioridade e que a Câmara se

Fluency
[Signature]

comprometia a fazer ainda que não houvessem verbas e as outras coisas que poderiam efectivamente vir a ser feitas desde que se conseguissem as verbas indispensáveis ou serem problemas de segunda prioridade, o que tinha a ver com a própria apresentação organizada e planeada do Plano de Actividades, que embora já um pouco tarde, o que se lamenta, ainda se vai apreciar antes do fim do ano em curso.

Tecendo algumas considerações na apreciação genérica do Plano e reafirmando que o mesmo não deveria ser somente um enunciado de carências e de intenções, considera que o Plano deveria ser um documento onde a Câmara manifestasse o seu compromisso de executar algo e não a intenção do "arranque definitivo" de qualquer coisa. Mais referiu que as rubricas, "Meio Ambiente" "urbanização" e "Habitação" deveriam estar interpenetradas. Corroborou a teoria defendida pela Câmara de que os bairros sociais não são solução, lamentando que se tenha repetido em Aveiro porque já há muito tempo e em outras zonas que se chegou àquela conclusão, ou seja, que as pessoas não podem ser deslocadas com facilidade e ficar desenraizadas do seu meio ambiente natural contribuindo tal situação para a ocorrência de violência e criminalidade. Portanto apoia a ideia apresentada pela Câmara no sentido de que se deve promover a construção de habitação social nas áreas onde ela mais falta faz.

Outro aspecto que reputou de extrema importância tem a ver com a política do incremento de zonas de estacionamento na cidade pois a sua carência é demasiado evidente e agrava-se quando se autorizam construções de edifícios de vários andares, nomeadamente Centros Comerciais, sem que esteja salvaguardada a questão do estacionamento. Ainda neste âmbito reforçou as suas preocupações no que respeita ao estacionamento no centro da cidade, porque entende que com a criação de zonas de serviços na zona do Cojo e com as novas vias de penetração na cidade aquela problemática agravar-se-á fortemente. Porque se pretende transformar o Cojo em zona de serviços entende que deverão ser salvaguardadas as indispensáveis condições de acesso e saída de trânsito daquela zona. Como nota, salientou que, no estrangeiro, aquelas zonas tendem a ser implantadas na periferia das cidades e equipadas com acessos às vias rápidas de comunicação com zonas verdes envolventes e parques de estacionamento.

Na interligação do meio ambiente com a habitação pensa que deverá haver um grande rigor na apreciação arquitectónica dos edifícios, nomeadamente nas zonas rurais onde proliferam construções cuja arquitectura está perfeitamente desenquadrada porque foram transplantados de outras zonas.

Thiny
Carlos

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Rogério da Silva Leitão.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerônimo começou por manifestar a sua compreensão por só agora lhe ter sido entregue o parecer do Conselho Municipal, salientando que, se porventura o que se verificou for prática corrente, se sente um pouco frustrado por todo o contributo que deu naquele Órgão enquanto seu membro. Portanto entendeu sugerir que, futuramente, os pareceres do Conselho Municipal fossem atempadamente entregues aos membros da Assembleia Municipal para que não sejam vistos rapidamente e eventualmente não se valorizarem algumas contribuições válidas que aquele documento contenha.

Debruçando-se na análise do Plano, congratulou-se pelo facto de aquele documento ter sido elaborado já com uma nota prévia explicativa das grandes opções do Plano, porque pensa ser extremamente importante aquela nota para um melhor entendimento por parte dos membros desta Assembleia e porque tira a crueza dos números do Plano, manifestando-se esperançado de que a apresentação de futuros documentos iguais venha a ser melhorada com o preenchimento de pelo menos as datas correspondentes ao início e fim de cada projecto, considerando que a adopção de tais medidas viria a dar uma perspectiva mais correcta das verdadeiras prioridades que a Câmara coloca no seu Plano.

Nas considerações que são feitas inicialmente na nota introdutória agora ratificadas pelo Presidente da Câmara, salientou que se fazem algumas afirmações quanto a prioridades que não têm correspondência nos números que cada objectivo contempla, nomeadamente na habitação, no ensino primário e pré-primário, na cultura, desporto e tempos livres e no equipamento social. Da análise comparativa feita concluiu-se que, na realidade, o esforço não será tão grande quanto se afirma e pelo contrário, em alguns casos, haverá mesmo diminuição de verbas.

Concluindo a sua análise genérica ao Plano, não deixou de realçar o esforço assinalável que se pretende desenvolver no aspecto da rede viária, nomeadamente quanto à recuperação dos pisos urbanos, realce que se estende também aos objectivos do meio ambiente e da urbanização.

De seguida, tomou a palavra o Vogal Carlos Paciência para, na sua primeira intervenção nesta Assembleia, saudar todos os membros da Assembleia e respectiva Mesa bem como o Executivo.

Começando a sua análise ao Plano, corroborou as críticas efectuadas quanto à tardia apresentação do parecer do Conselho Municipal dizendo, ainda, que o Plano, embora pareça muito bem elaborado, (se bem que tenha

Thiery
16.
[Signature]

ultimamente evidenciado sensíveis melhorias), não está correctamente elaborado de maneira a que permita ver as obras que vêm sendo executadas há já alguns anos e que vão transitando de ano para ano, ficando-se sem saber quais os custos reais daquelas obras, facto aliás referido no parecer do Conselho Municipal. Igualmente referida no parecer do Conselho Municipal, é a questão do Ciclo Preparatório de Oliveirinha que, constando em Planos anteriores com verba atribuída, é ignorada no presente documento. Outra questão não referida no Plano é a que respeita ao apelidado "Edifício das Repartições Públicas" pelo que, dada a sua enorme importância para a cidade, perguntou qual o ponto da situação daquele problema.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Rocha Dias de Andrade.

Tomando de imediato a palavra, o Vogal Jorge Nascimento entendeu sublinhar na sua intervenção um aspecto que considera importantíssimo e que recentemente era motivo de preocupação para as pessoas de Aveiro, sobretudo aquando da última campanha eleitoral das autarquias, e que se prendia com a dívida da Câmara Municipal. Assim não poderia deixar de realçar o facto de ter sido restabelecido o equilíbrio financeiro da Câmara felicitando-a por tal.

Dizendo o Executivo no preâmbulo do Plano que se preocupou em readquirir o equilíbrio financeiro durante o ano de 1986 e que, facto consumado, irá relançar-se na senda da realização de obras que efectivamente têm a ver com o bem-estar das populações, considera tais medidas positivas.

Com base nas afirmações feitas quer pelos Vogais que o antecederam no uso da palavra quer pelo Conselho Municipal no seu parecer, quanto ao facto de ser uma constante a inserção de obras no Plano que não são executadas e que acabam por desaparecer dos Planos imediatos, perguntou ao Executivo que justificações existem para o que se afirma.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se às considerações inseridas na nota prévia do Plano, no que respeita à receita extraordinária oriunda do FEDER e de um empréstimo (verbas que contribuem para que este seja o maior Orçamento de sempre da Câmara de Aveiro), perguntou onde se encontram aquelas receitas especificadas no respectivo Orçamento. Finalmente, salientou que o Plano é positivo e audacioso, a Câmara promete que venha a ter realização efectiva, desejo de todos, pelo que na generalidade este Plano deverá ser votado positivamente.

Ther... .17.
Maria...

Entretanto, deu entrada na Sala o Vogal António Norberto da Silva Correia.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal José Luis Cristo começou por referir que, como é do conhecimento geral, no concelho de Aveiro existem imensas necessidades e que a capacidade financeira da Câmara não lhe permite acorrer a todas em simultâneo, sendo por isso que se elaboram planos e se fazem opções conforme as necessidades. Contudo, pensa que no sector da urbanização e desde há longos anos se tem andado lentamente quanto ao colmatar das carências existentes, pois nos últimos anos a expansão urbana do concelho de Aveiro se fez essencialmente à custa de urbanizações em loteamentos de iniciativa privada, uns razoáveis, outros menos razoáveis e alguns até muito maus, pelo que lastima que não tenha havido possibilidades nem a preocupação de há muitos anos a esta parte, de os planos de pormenor urbanístico existirem antes das necessidades da construção, apesar dos esforços manifestados pela administração que o concelho tem tido, que em sua opinião ainda foram diminutos.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal abordou a temática inerente às características lagunares do concelho de Aveiro, frisando que o concelho tem dentro dos seus limites uma zona importante da ria, com enormes potencialidades no campo da exploração da piscicultura e do turismo. Contudo, reconhece que esta é das áreas onde a Câmara maiores dificuldades encontra para poder desenvolver algumas iniciativas, limitando-se, portanto, em planos anteriores, a fazer tentativas para se debaterem os problemas relacionados com a ria, que apresenta um enorme estado de degradação. Como salientou, a Câmara tem efectivamente poucas possibilidades de intervenção naquela área, mas tem algumas, nomeadamente através da sua legítima representatividade junto da JAPA e através da adopção de medidas de auxílio aos produtores de sal no sentido da manutenção dos muros das salinas.

Contudo, considera muito mais preocupantes as notícias da das quanto aos acessos ao Porto de Aveiro, principalmente sobre o acesso ferroviário, declarando que sempre se tem manifestado contra o trajecto escolhido pela Administração da CP. que, em sua opinião, criará uma barreira física contra a qual todos se deverão manifestar pois entende que a cidade de Aveiro ficará espartilhada e ficarão prejudicadas todas as eventuais expansões urbanísticas entre Esgueira e Mataduchos, e no aspecto turístico considera que é um crime a construção daquele acesso pelo traçado já noticiado e contra o qual mais uma vez se manifestou.

Seguidamente, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pi-

nho e Melo para tecer algumas considerações breves sobre o Plano de Actividades, começando por declarar que, como sempre, a sua bancada formula críticas ao Executivo pelo não cumprimento do que se planeia bem como pelo facto de se considerarem meras listagens de projectos os Planos apresentados.

Relativamente ao Plano em análise, formulou votos para que venha a ser efectivamente cumprido, acreditando que assim venha a acontecer dadas as considerações introduzidas na nota prévia, nomeadamente quanto à maior capacidade económica que a Câmara tem pelo que, na generalidade, a sua bancada deverá votar favoravelmente o Plano em análise.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por referir que dos objectivos por si enunciados como prioridades e inseridos no Plano, faz parte a Avenida Central e os esquemas viários urbanos, bem como destacou que no concernente ao lançamento efectivo do edifício das Repartições Públicas a acção da Direcção de Finanças poderá ter papel preponderante através da pressão que exercer junto das entidades responsáveis.

No que respeita aos critérios da indicação de prioridades, considera que a actividade da Câmara será prioritária criando as condições para que haja determinado tipo de investimento da Administração Central. Também deu nota de que a execução do Plano, obedecendo às instruções e imposições legais, fica algo condicionado e apesar dos melhoramentos nele introduzidos, entende que ainda é possível melhorar a sua execução. Esclareceu de seguida que, relativamente à não inclusão no Plano de objectivos que figuravam em Planos anteriores, o facto apenas se deve à circunstância de serem obras da responsabilidade da Administração Central, nomeadamente o Edifício para as Repartições Públicas e o Ciclo de Oliveirinha pelo que, por uma questão de rigor, não se inseriram no Plano, o que não equivale por dizer que a Câmara não continue a actuar manifestando a sua posição perante as entidades responsáveis.

Reportando-se à problemática abordada pelo Vogal José Luis Cristo relativa às características lagunares do concelho de Aveiro, salientou que teve grandes esperanças em conseguirem-se algumas soluções para os enormes problemas que afectam a ria através da constituição da Associação de Municípios da Ria, lamentando que ainda não se tenha conseguido a sua constituição mas acredita que em breve tal seja conseguido. Declarou ainda que tem sido preocupação da Câmara acompanhar as preocupações dos produtores de sal, tentando proporcionar condições de acesso e circulação entre as marinhas, auxilio que a Câmara não regateia.

Encerrado o período de discussão na generalidade, foi o Plano de Actividades da Câmara submetido à votação tendo merecido aprovação.

por unanimidade.

Entretanto os trabalhos foram interrompidos para o jantar.
Eram 20.00 horas.

Pelas 21.30 horas, foram os trabalhos retomados sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos, e com a presença dos Vogais Rogério da Silva Leitão, Jorge Manuel do Nascimento, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Vicente Ferreira, Carlos Júlio Lourenço Paciência, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerônimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Manuel Arede de Jesus, Porfirio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, António Norberto da Silva Correia, Amândio Ferreira Canha Júnior.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, José Carlos da Silva Neves, Gilberto Parca Madail, Fernando dos Santos Manata, António José Valente, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes, Armando Manuel Dinis Vieira e Libério da Silva Santos.

De imediato, deu-se início à discussão do Plano de Actividades, na especialidade.

OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO

Tomando a palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por chamar a atenção do Executivo para a necessidade de se promoverem as acções tendentes à criação do lugar de Oliveirinha no que respeita ao ensino pré-primário, bem como alertou para a necessidade de se promover a construção de uma escola primária no lugar da Granja, por ser um lugar mais populacional do que outros onde já existe aquele equipamento. Lamentou, ainda, que no Plano não se faça qualquer referência ao Ciclo Preparatório de Oliveirinha, equipamento que, a ser construído, iria beneficiar toda a zona sul do concelho.

Relativamente às verbas destinadas à realização de obras na freguesia de Eixo, nomeadamente para a construção de escolas primárias de Eixo, faz votos para que, finalmente, as verbas sejam efectivamente aplicadas nos projectos para que foram programadas, porquanto em anos anteriores tem-se assistido ao desvio de verbas destinadas a projectos de melhoramentos em Eixo para outros projectos. Daí que o voto favorável, na generalidade, que a sua bancada deu ao Plano foi no pressuposto de que a situação que se tem verificado nos anos anteriores se não verifique.

Entretanto, deu entrada na Sala o Vogal António Ferreira

da Silva, tendo-se ausentado temporariamente o Presidente da Mesa, assumindo a direcção dos trabalhos o Primeiro Secretário, António dos Santos Costa.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal Carlos Jerônimo para reforçar as suas declarações feitas anteriormente salientando que o reforço feito neste obectivo em termos de verbas não deixa antever que se tenha feito deste obectivo uma situação prioritária porquanto mais do que a diferença de verbas de um Plano para outro é apenas para uma obra.

Quanto aos projectos consignados neste obectivo, pretendeu saber qual o panorama no âmbito do ensino pré-primário e primário, referindo que deveria a Câmara adoptar uma certa uniformidade na terminologia do plano, concretamente nos projectos que transitam de ano para ano, que se não verifica e complica sobremaneira a análise daqueles documentos.

Reportando-se ao problema da criação de um ciclo preparatório em Oliveirinha entendeu aquele Vogal sugerir que, para além das recomendações feitas ao Senhor Primeiro Ministro, fossem desenvolvidas acções junto da Direcção-Geral das Construções Escolares no sentido de se desbloquear a situação e conseqüentemente colocar o projecto em primeira prioridade no Plano daquela entidade. Porque também está no âmbito das primeiras prioridades do concelho, reportou-se ao projecto das escolas primárias de São-Barrocas perguntando se a urbanização daquela zona estará tão atrasada que não permita ainda prever para 1987 qualquer proposta para a inclusão daquele projecto em plano.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal entendeu que deveria ser assinalado o facto de que, por força do valor das verbas definidas e porque o projecto já se encontra em plano desde 1985, finalmente será dada resposta aos anseios da população de Eixo construindo-se a escola primária no decurso do ano de 1987.

Entretanto, deu entrada na Sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Rogério da Silva Leitão começou por assinalar que a grave situação social da zona do Bairro de Santiago a todos preocupa, pelo que perguntou se, dentro das preocupações evidenciadas pela Câmara no âmbito do equipamento social previsto para aquele Bairro, não será possível prever a instalação de uma sala para o ensino pré-primário, pois entende que seria aquela uma forma de ocupar as crianças do Bairro.

Outro aspecto que entendeu focar, tal como foca o Conselho Municipal no seu parecer, é o relacionado com a utilização complexa do edificio do antigo Conservatório Regional de Aveiro, pelo que sugeriu se tomasse

V. Lima *Antônio*
.21.

sem medidas tendentes a clarificar a situação.

O Vogal Antônio Norberto Correia, no uso da palavra, reforçou as referências feitas já no ano transacto relativamente à instalação da pré-primária nas escolas do Solposto, formulando votos para que aquele desejo se venha a transformar numa realidade.

No âmbito do ensino primário, aquele Vogal alertou para a necessidade de se proceder ao estudo de implantação de uma escola primária na zona das Alagoas-Quinta do Grinê, problema que deverá ser encarado seriamente já que aquela zona teve um aumento populacional de tal forma que se torna imprescindível dotá-la com o máximo de equipamento social, começando-se pelo sector do ensino primário dada a sua prioridade.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Vereador Celso Augusto Santos para, na qualidade de responsável pelo pelouro do ensino, prestar os esclarecimentos solicitados, começando por salientar que o objectivo em análise também obedeceu aos princípios que determinaram a execução de um plano de rigor, realizável dentro do seu período de vigência, pelo que se considera que no objectivo da Educação estão inseridas as prioridades do concelho.

Quanto às considerações tecidas sobre as verbas e o seu reforço, salientou que para a escola primária de Eixo estão apenas orçados doze mil contos, que correspondem à primeira fase de construção, dado que o valor global para aquele projecto está orçado em vinte e quatro mil contos. Tal facto determinou que se optasse pela construção das escolas de Eixo em desfavor de outras não menos necessárias, sem prejuízo da execução de melhoramentos nos edifícios existentes, politica que em muito beneficiou a freguesia de Eixo no último ano, face às consideráveis verbas dispendidas na área do ensino primário e pré-primário.

Seguiu-se prolongada troca de impressões acerca da problemática do ensino pré-primário (área da responsabilidade do Ministério da Educação) e dos centros infantis (área da responsabilidade do Ministério da Segurança Social), tendo os Vereadores Celso Augusto Santos e Dr. José Pires dos Santos concluído que não se justifica a criação de lugares para o ensino pré-primário onde já existe equipamento da segurança social, pelo que o que mais importa será dotar os infantários com os meios necessários à implementação nas suas estruturas do ensino pré-primário.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Antônio Rocha Dias de Andrade e Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes.

Prosseguindo a sua intervenção, o Vereador Celso Augusto Santos salientou que, a nível do ensino pré-primário e primário, a rede escolar

satisfaz presentemente as necessidades do concelho, embora a acção da Câmara prossiga no sentido de melhorar as condições onde se torna necessário, projectando a construção de novas escolas, como é o já citado caso de Eixo bem como o de Vilarinho, entre outros. Deu também nota das preocupações do Executivo no que respeita à procura de soluções para os problemas existentes quanto ao funcionamento e ocupação das instalações do Conservatório, tendo o Vogal Rogério Leitão salientado que, sendo embora louváveis as medidas anunciadas, outras deveriam ser tomadas no sentido do alargamento dos espaços pois é gratificante verificar-se o constante crescimento de ambas as entidades, pelo que se deverá procurar evitar coarctar a actividade e o empenhamento de ambas as instituições no que foi secundado pelo Vereador Celso Santos.

Relativamente ao problema das escolas primárias para a zona de São-Barrocas, o Presidente da Câmara salientou que a sua implantação depende essencialmente da falta de infraestruturas no local, se bem que também tenha sido ponderado o facto de que a população escolar na freguesia da Vera-Cruz tenha decrescido nos últimos anos pelo que, perante tais factos não era realista inserir aquele projecto no Plano para 1987, Plano que se pretende venha a ter uma grande percentagem de execução. Mais salientou que, efectivamente, a Câmara deverá proceder aos estudos necessários para a implantação de uma escola primária na área da Granja de Baixo, desde que se conclua que estão reunidas as condições indispensáveis, nomeadamente se o índice populacional escolar daquele lugar o justifica.

Encerrado o período de apreciação, foi o Objectivo 01 - Educação submetido à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

OBJECTIVO 02 - CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Rocha Andrade que começou por salientar ter sido este objectivo escassamente dotado pela Câmara Municipal, nomeadamente ao compará-lo com o do ano anterior e ao excluir-se o seu último projecto que praticamente engloba mais do que um terço da dotação global desde objectivo, e raros são os projectos que tenham verbas superiores às do ano transacto.

Entretanto reentraram na Sala o Presidente da Mesa e o Vogal José Luis Cristo.

Prosseguindo na sua intervenção, o Vogal Rocha Andrade fez eco das recomendações feitas pelo Conselho Municipal no seu parecer, nomeadamente no que respeita à irrisória verba destinada à recolha etnográfica comparada com a desproporcionada verba atribuída à Cooperativa A Barrica.

Trinny *23.*

Referiu, de imediato, que se deverá, actualmente e mais do que nunca, incentivar os verdadeiros artesãos, manifestando contudo as suas dúvidas quanto ao facto de se conseguir um verdadeiro incentivo aos verdadeiros artesãos porque também há o risco grave de, à custa de se pretender a promoção de artesãos, se estar a criar a promoção de autênticos industriais que nada têm a ver com o artesanato.

A fim de prestar alguns esclarecimentos, tomou a palavra o Presidente da Câmara informando que a verba inscrita no Plano para início de construção da sede da Cooperativa provem do Estado através do Instituto de Emprego, não sendo portanto de considerar ~~aque~~ a verba como um subsídio pelo que entende não haver qualquer disparidade em relação às restantes instituições culturais havendo antes a recuperação de um edifício com verbas vindas do Estado.

Reatando a sua intervenção, o Vogal Rocha Andrade reafirmou, apesar dos esclarecimentos prestados, que o programa da Cultura está insuficientemente dotado pois o desenvolvimento das populações ao nível citadino e municipal, o desenvolvimento urbanístico e a inserção na cidade de uma Universidade não traz só vantagens e direitos à cidade de Aveiro que, se pretender projectar-se não só como uma cidade industrial ou comercial e para merecer uma instituição universitária como a que já tem por direito próprio, tem que também ter a contrapartida do desenvolvimento cultural e recreativo sob pena de correr o risco de vir a ser dominada culturalmente pela Universidade tal como aconteceu à cidade de Coimbra.

Salientou também que, tal como sempre o tem feito, Aveiro tem necessidade de um auditório cultural pensando até que será mais importante ter um auditório do que propriamente uma Cooperativa de Artesanato que, a existir, deverá ser devidamente controlada a fim de se evitar a transformação em indústria que nada tenha a ver com ^{que} o/e realmente artesanato puro. Concretamente no que respeita ao auditório, entende que quanto à sua localização, deveria ser estudada a possibilidade de o localizar na área da beira-mar por pensar ser aquela a zona que identifica a cidade de Aveiro através da sua traça arquitectónica e ambiental.

Reportando-se ainda a alguns aspectos de ordem cultural e nomeadamente quanto ao Boletim Cultural, entendeu referir que, tal como o mesmo vem sendo elaborado, não obteve os objectivos pretendidos porquanto para boletim informativo é bom demais e para boletim cultural é menos bom demais. Assim, entende que se deveria optar pela publicação de dois tipos de boletim, fazendo-se um estritamente informativo, de execução menos onerosa e com perío

Thiny *[Signature]* .24.

dos menos curtos entre cada publicação para poderem ser actuais as informações e outro apenas de índole cultural dirigido por pessoas que à cultura devotem basicamente o seu tempo e que sejam de gabarito em termos culturais.

Concluindo a sua intervenção, o Vogal Rocha Andrade voltou a frizar um dos aspectos focados pelo Conselho Municipal no seu parecer, que considera ser de facto uma lacuna do Plano e que consiste no facto de se não saber que critérios são utilizados pelo Executivo quanto à atribuição de subsídios às colectividades culturais e desportivas do concelho.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para começar por corroborar as considerações tecidas pelo Vogal Rocha Andrade no que respeita às verbas definidas para o programa da Cultura.

Relativamente à questão inerente aos critérios de atribuição de subsídios entende que existe uma clara discriminação das colectividades culturais em relação às desportivas porque enquanto na área desportiva se prevê a atribuição de subsídios para as associações e para as suas iniciativas, na área cultural não há qualquer rúbrica donde se preveja retirada de subsídios para a actividade das associações culturais pois no Plano apenas se prevê a atribuição de subsídios para as suas iniciativas. Por considerar a questão dos subsídios extremamente importante, perguntou em que fase se encontra a criação da Comissão de Cultura pois pensa que se aquela Comissão existisse não estaria de modo algum de acordo com a situação acima focada.

Relativamente ao programa do desporto, começou por perguntar quem vai ser a entidade que vai assumir a responsabilidade da construção do complexo das piscinas e qual é o significado da verba de cinco mil contos inscrita como apoio à construção daquele empreendimento. Mais perguntou se sempre se confirma que o início de construção ocorrerá durante o próximo ano e se não vão surgir problemas com o terreno para a sua implantação face aos inúmeros problemas que surgem na zona de Santiago.

Manifestou de seguida a sua mágoa por verificar que os objectivos apontados no Plano de Actividades de 1986 relativos a uma política de juventude sofreram um assinalável decréscimo no que respeita ao plano de 1987, facto comprovado através da nítida redução de verbas, e salientou que não teve conhecimento do resultado do trabalho virado para a juventude desencadeado em 1986 que, concluiu, não terá frutificado muito face à substancial redução de verbas para o mesmo fim. Ainda no âmbito da política de juventude, e tal como no ano de 1986, não há neste Plano qualquer referência à implantação de parques infantis.

Pinho *25*

Concluindo a sua intervenção e reportando-se à boa política seguida em 1986 quanto à implantação de pequenas zonas desportivas principalmente nas zonas onde existem bairros sociais, aquele Vogal perguntou por que motivo tal política não está prevista no Plano para 1987.

Também no uso da palavra, o Vogal Fernando Tavares Marques, ao reportar-se ao projecto "apoio à construção de recintos desportivos", alertou a Câmara para as necessidades de Vilar naquela área, bem como pretendeu ser informado se porventura a zona do bairro social de Santiago vai ser beneficiada não só com equipamento daquela natureza como com parques infantis dadas as suas evidentes carências.

Tomando de seguida a palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por corroborar as considerações tecidas pelo Vogal Rocha Andrade sobre conceitos de cultura, acrescentando que a cultura deveria ser alargada às freguesias rurais do concelho, facto que o Plano não contempla bem como anível desportivo contrariamente ao que se prevê para a área urbana da cidade que recebe a grande fatia de apoios.

Solicitou de seguida esclarecimentos sobre algumas questões, nomeadamente sobre o que se pretende dizer com o projecto "equipamento e instalação de galeria", sobre o apoio à Cooperativa de Artesãos, sobre os critérios que vão ser adoptados quanto à distribuição de subsídios a iniciativas de agrupamentos ou associações culturais, dúvidas que subsistem apesar de ser uma questão várias vezes discutida. No referente à problemática do complexo das piscinas entende que não deveria ser sequer inscrita qualquer referência nem tão pouco se deveriam afectar quaisquer verbas como as que constam no Plano, dada a sua exiguidade, antes se deveria aguardar que se reunissem as condições totais para o seu arranque e, só nessa altura, inscrever o projecto definitivo no Plano.

Corroborou, ainda, as críticas tecidas pelo Vogal Carlos Jerónimo quanto à redução das verbas destinadas ao fomento e apoio a iniciativas inseridas numa política de juventude, e perguntou se existe já algum plano de acção quanto ao projecto de apoio à construção de recintos poli-desportivos descobertos.

Imediatamente a seguir, usou da palavra o Vogal Jorge Nascimento para solicitar esclarecimentos sobre o projecto inerente à recolha etnográfica dada a exiguidade das verbas orçadas para atingir aqueles fins bem como pretendeu ser esclarecido relativamente à localização do projectado museu municipal.

Thyry Soares 26

Ainda no uso da palavra aquele Vogal declarou que, embora as dúvidas que tinha sobre o projecto de construção da sede da Cooperativa de Artesãos estejam praticamente clarificadas, não podia deixar de referir que as considerações tecidas pelo Vogal Rocha Andrade deixaram antever que se estava a criar uma Cooperativa com intenções de se cultivar o artesanato mas que dentro em breve passaria a ser uma agremiação de industriais. Ora, porque não considera que indústria e artesanato sejam ideias incompatíveis, pensa que a indústria será complementar ao verdadeiro artesanato, se se entender a ideia como indústria artesanal, pois que o artesanato não é mais do que a preservação dos métodos de fabricação pelas vias não sofisticadas com a moderna tecnologia, pelo que não vê grande incompatibilidade na execução do projecto.

No âmbito do programa "desporto e tempos livres" e concretamente no que respeita ao projecto de acabamento do campo de ténis no seminário, aquele Vogal solicitou esclarecimentos sobre quem impenderá a sua gestão e por quem poderá ser utilizado. Entende que as questões são importantes porque, existindo algumas quadras de ténis em Aveiro e sendo a sua administração da responsabilidade do Clube de Ténis de Aveiro, que tem vindo a desenvolver um trabalho de mérito sobretudo pelo escola que criou, deveria haver um campo de ténis de livre utilização sem depender da autorização daquele Clube.

O Vogal José Betencourt tomou a palavra para frizar que, no âmbito da problemática da atribuição de subsídios, deveria a Câmara especificar quais os métodos ou critérios que irão ser adoptados a fim de que se possa ficar com a ideia de que não será através do poder discricionário que a Câmara agirá naquela área.

Porque subsistem dúvidas quanto à entidade que promoverá a execução do complexo das piscinas, entende que se não vier a ser a Câmara a sua promotora não deverá o projecto ser incluído no Plano. Saliu também, que se efectivamente se prevêm problemas e dificuldades na recuperação do edifício destinado às instalações da Cooperativa de Artesãos deveria a verba ^{ser} reforçada e não reduzida a metade.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal José Luis Cristo para referir que o Plano de Actividades da Câmara relativo à Cultura, Desporto e Tempos Livres, é revelador de que a legislação em Portugal precisa de ser alterada porque não é claro o que compete fazer ao Estado, às Autarquias e às associações de particulares. Assim, entende que se as Câmaras Municipais tivessem uma verdadeira autonomia financeira e administrativa, deveriam ter as atribuições de fazer as estruturas básicas que servissem a todos e não tivessem de apoiar as iniciativas das associações particulares e também não ha-

Ulysses *27*

veria a necessidade de se recorrer a outros meios para que Aveiro pudesse vir a ter um complexo de piscinas municipais. Daí entender que a legislação deveria ser alterada por forma a que se defina correctamente o que compete ao Estado, aos Municípios e às Associações fazer.

Salientou que não poderia deixar passar a oportunidade sem fazer um reparo às críticas que foram feitas à Câmara porquanto se verifica que casos há em que se exige que a Câmara substitua as Associações nas suas atribuições, e noutros casos não pretendem que tal se verifique.

No aspecto cultural e no que respeita aos apoios às diversas iniciativas das associações entende que a terminologia adoptada quanto à Cooperativa "A Barrica" não está correcta porquanto, não sendo a obra da responsabilidade da Câmara, o termo mais apropriado seria "apoio" e não "início da...". Quanto às instalações, admite que o Município de Aveiro, dado o seu tamanho e grandeza das gentes e suas actividades deveria ter, não apenas no aspecto cultural (existem esperanças de que na Fábrica Campos serão criadas) mas também no desportivo umas instalações condignas que servissem toda a população aveirense admitindo porém que a Câmara de Aveiro não possui as verbas necessárias para projectar desde já (como recomenda o Conselho Municipal) um grande complexo desportivo. Contudo, porque o Plano prevê o arranjo exterior da zona anexa ao Estádio Municipal, entendeu expressar a sua opinião acerca daquela aspiração dizendo que, existindo uma vasta área paralela ao Estádio ocupada pelos Armazéns Gerais da Câmara e dado que as suas instalações desde há muito tempo foram consideradas insuficientes, deveria a Câmara estudar a possibilidade do aumento e arranjo da bancada central do Estádio para a zona dos Armazéns, transferindo-os para outra zona mais própria e tirando partido de toda a zona interior das bancadas para o lançamento de pavilhões. Porém, salientou que, dadas as verbas previstas para o arranjo previsto, ainda não será durante o próximo ano que se desenvolverá o projecto por si explanado mas serão conceterza executados melhoramentos mais modestos mas indubitavelmente necessários.

De novo no uso da palavra, O vereador Celso Santos deu nota de que efectivamente a Câmara se debate com o problema das dúvidas do que lhe compete ou não executar. Contudo, não deixou de salientar que nada terá sido feito a nível de cultura pelas Associações Culturais que não tenha sido apoiado pela Câmara, nalguns casos até totalmente coberto pelos Serviços de Cultura. Logo, entende que se deve fazer sentir às Associações a necessidade de se dinamizarem e de encontrarem outros meios para a obtenção de verbas e outros apoios. Quanto ao critério da atribuição de subsídios, temática

tão polémica, salientou que os subsídios são distribuídos não só em função da actividade como também em função das iniciativas das associações e ainda das suas necessidades reconhecidas pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal, pelo que ainda não se sentiu a necessidade de se estabelecerem critérios especiais.

Prestou, de seguida, alguns esclarecimentos inerentes aos projectos concretos deste objectivo, destacando que, embora considere reduzida a verba, se vai continuar a desenvolver a política de recolha etnográfica bem como referiu que o equipamento do Salão Cultural que se pretende adquirir tem por finalidade dotá-lo com meios necessários à sua polivalente utilização, bem como se pretende equipar convenientemente a Galeria Museu existente.

Deu também nota de que com a publicação próxima do Boletim Informativo nº. 1, conseguir-se-á destacar a diferença que deverá existir entre o Boletim Informativo e o Boletim Cultural.

Também no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por corroborar as considerações tecidas pelo Vogal José Luis Cristo no que respeita à problemática das competências e atribuições na área da cultura, desporto e tempos livres bem como no que diz respeito à atribuição de apoios financeiros do Estado às Autarquias e às Organizações Associativas, nomeadamente aos clubes desportivos, via pela qual se levará por diante o complexo das piscinas. Deu nota dos excelentes resultados conseguidos com a implantação de uma pista de piso sintético no pavilhão do recinto de feiras, dada a sua enorme utilização por atletas de vários pontos do país, por ser a única pista coberta do país para a prática do atletismo.

No âmbito do programa da cultura manifestou a sua discordância por se dizer que em Aveiro não há cultura pois pensa que esta é das cidades ditas de província com maiores manifestações culturais, mercê das iniciativas dos Clubes, e o que normalmente acontece é que o cidadão não acompanha essas mesmas iniciativas e não participa na vida cultural da cidade, nomeadamente a juventude para quem a Câmara criou um programa para apoio às suas iniciativas e não houve correspondência da sua parte, facto que levou à redução das verbas para o desenvolvimento de idêntico programa no ano de 1987.

Relativamente à problemática das instalações para fins culturais, realçou o êxito alcançado pela Galeria Municipal comprovado pelas constantes procuras bem como deu nota de que prossegue a política de aquisição de edifícios com características para a prática da cultura. Mais salientou

que enquanto não se concretizar o projecto de recuperação da Fábrica Campos, onde funcionará a casa da cultura de Aveiro, dotada com auditórios, a sua inexistência actual será atenuada pela utilização do auditório com que vai ficar dotado o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

No âmbito da implementação de equipamento desportivo e de ocupação de tempos livres salientou que se mantém a filosofia da construção de parques infantis, não especificamente referidos no Plano, e a implementação de zonas poli-desportivas nas freguesias, nomeadamente nas áreas onde se encontram inseridos os bairros sociais.

Como questão de fundo sobre esta temática, referiu que quando se elabora um Plano de Actividades para a cultura e equipamento desportivo, tem-se a preocupação de afectar poucas verbas porque existem muitos outros objectivos a atingir (abastecimento de água, saneamento, respectivos equipamentos, etc), pelo que entende que após a realização daqueles objectivos será possível dedicar muito maior atenção às questões culturais e desportivas e será, portanto, muito fácil e bonito ser-se membro da Câmara Municipal, pois os anos de sacrifício e dos grandes esforços estarão ultrapassados.

Abordando a problemática gerada em torno do apoio à Cooperativa de Artesãos de Aveiro, começou por referir que aquela Cooperativa foi constituída há dois anos e serve de suporte e motor da Feira do Artesanato de Aveiro. Estando a sua actividade limitada ao espaço de que dispõe, foram desenvolvidas pela Câmara diligências junto do Instituto de Emprego no sentido de participar as obras de construção de uma sede, diligências que obtiveram êxito pela obtenção de uma participação de quinze mil contos. Mais salientou que toda a acção será acompanhada pela Câmara, desde o projecto à execução das obras, estando elaborado um protocolo que determina a cedência à Barrica de instalações necessárias e suficientes para o exercício da sua actividade.

Prestou ainda alguns esclarecimentos nomeadamente sobre a inclusão de algumas verbas para apoio à construção das piscinas, na construção do pavilhão do CENAP, no arranjo exterior do Estádio Mário Duarte, entre outras.

Finalizando, informou que, embora não esteja especificado no Plano, a Câmara tem no seu programa continuar com a política de construção de recintos desportivos junto dos bairros sociais.

Encerrado o periodo de discussão, foi o Objectivo 02 submetido à votação tendo merecido aprovação por dezassete votos a favor e nove

abstenções.

O Vogal Rogério Leitão fez a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção tem por finalidade fazer uma chamada de atenção porque já há um ano atrás o Senhor Presidente da Câmara disse que as medidas básicas no município estavam tomadas e que era agora altura de fazermos uma humanização. Ora, eu estou absolutamente de acordo que a humanização é absolutamente indispensável, é quase tão importante como as medidas básicas, mas o que é certo é que nós não podemos fazer humanização sem desenvolvermos a cultura e não é mantendo a verba atribuída no ano passado que caminhamos no sentido do que foi nessa altura apontado".

Também usou da palavra o Vogal José Luis Cristo para fazer a seguinte declaração de Voto: "A minha declaração de voto está relacionada com as minhas primeiras palavras -infelizmente a legislação em Portugal ainda não está de tal modo suficientemente estruturada para que se possa dizer o que é que compete ao Estado, aos indivíduos, às associações e aos municípios fazer. No meu entender, o Estado não deve ter uma cultura oficial, o que não quer dizer que não deva ter uma politica cultural, nem os municípios devem ter uma cultura municipal oficial, o que não quer dizer que não tenham que ter uma política cultural e desportiva. A Câmara tem feito o que tem sido possível e parece-me que aquilo que faz e o que está previsto fazer excede aquilo que em principio aos municípios deveria competir".

Dado o adiantado da hora o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24.00 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Handwritten signatures and initials in blue ink.